

Universidade Aberta – Um projeto do tamanho do Brasil

Arnaldo Niskier

*Doutor em Educação, membro da Academia Brasileira
de Letras e presidente do CIEE/RJ*

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
muda-se o ser, muda-se a confiança; todo mundo
é composto de mudança, tomando sempre novas
qualidades. Continuamente vemos novidades,
diferentes em tudo da esperança (...)”*

Soneto, Luís de Camões

Mesmo com os nossos índices demográficos diminuídos, em relação ao passado recente, avançamos para chegar à marca dos 201 milhões de habitantes, o que não é pouca coisa. À medida que cresce a população, mais se agrava um problema crônico da nossa realidade: a falta de mão de obra qualificada (em todos os níveis).

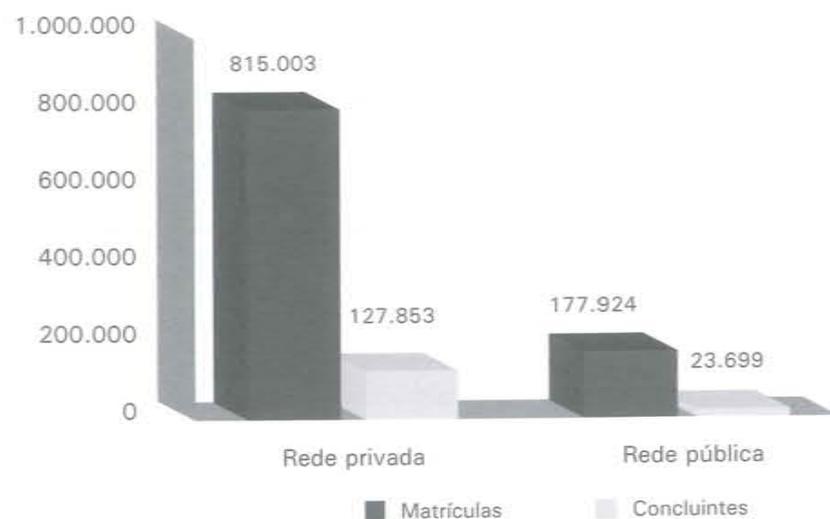
Isso provoca certos disparates, como a contratação de 600 técnicos chineses para trabalhar na construção de uma siderúrgica brasileira

ou a ameaça de importação de seis mil médicos cubanos, portugueses e espanhóis, como é desejo de alguns ministros do governo Dilma Rousseff. A desculpa é até razoável: faltam médicos no interior do País, e os nossos profissionais de saúde, em geral, recusam-se a ir para cidades longínquas. Sobram vagas, e as razões não são obscuras: os salários são baixos, e as condições de trabalho, péssimas. Qual o milagre que se espera dessa invasão estrangeira?

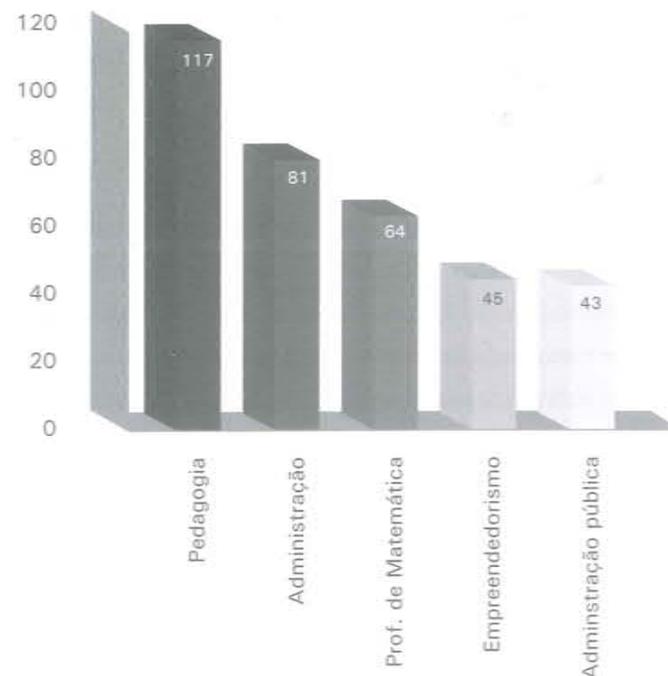
Há pouco mais de 20 anos, tínhamos 1,5 milhão de estudantes universitários em nossas escolas superiores. Hoje, segundo dados do MEC (2011), são 6,7 milhões, aí já incluído cerca de 1 milhão que frequenta a recém-criada Universidade Aberta (nascida em 2005) e os cursos a distância autorizados pelo Conselho Nacional de Educação. Com a nossa extensão territorial, ainda é muito pouco para atender à demanda crescente.

Educação a distância em números

Matrículas x Concluintes (Brasil – 2011)



Carreiras com maior quantidade de cursos (Brasil – 2011)



Carreiras com maior número de matrículas (Brasil – 2011)

| Carreira | Matrículas |
|--|------------|
| Pedagogia | 281.548 |
| Administração | 140.210 |
| Serviço Social | 80.650 |
| Empreendedorismo | 53.546 |
| Ciências Contábeis | 49.298 |
| Gestão de Pessoal/Recursos Humanos | 47.310 |
| Administração Pública | 38.171 |
| Formação de Professor de Língua/Literatura Vernácula (português) | 24.511 |
| Formação de Professor de Matemática | 22.335 |
| Gestão Ambiental | 20.623 |
| Gestão Logística | 20.574 |
| Formação de Professor de História | 18.436 |
| Formação de Professor de Biologia | 15.912 |
| Marketing e Propaganda | 14.828 |
| Análise e Desenvolvimento de Sistemas (tecnólogo) | 12.895 |

O que parece a estratégia mais razoável é deixar expandir, com qualidade, o Ensino a Distância (EAD), como acontece hoje em diversas nações como Inglaterra, Canadá, África do Sul, Espanha, China (com mais de 1,5 milhão de alunos), Israel, Índia, Austrália, Portugal e até Egito, Bolívia e Indonésia. Modalidade que cresce extraordinariamente, a EAD apresenta grandes possibilidades, dada a explosão da internet no mundo.

Quando visitamos a Open University (OU) pela primeira vez, há 25 anos, no *campus* inglês de Milton Keynes, os seus dirigentes estavam felizes por ter alcançado, a partir da sua criação, a marca de 100 mil estudantes no Reino Unido. Os principais cursos a distância eram os de formação de professores e de administradores. Este ano, quando voltamos à OU, eles se vangloriavam de estar perto de 300 mil alunos e garantiam que ninguém se queixava do nível da instituição. A qualidade dos trabalhos e a sua seriedade estão acima de qualquer suspeita.

A 90 minutos de Londres, por uma boa estrada, localiza-se um dos orgulhos da cultura inglesa. A Open University nasceu em 1968 e hoje é considerada uma das três universidades mais importantes do Reino Unido, do ponto de vista da satisfação dos alunos.

São 296 mil matriculados, hoje, dos quais 36% estudam on-line, nos seus mais de 500 cursos (inclusive de pós-graduação). A OU está em 23 países, realizando inteligentes parcerias, como são os casos de Espanha e Kuwait. Praticamente todos os cursos são oferecidos, menos um: medicina. A explicação é simples: ainda não conseguiram harmonizar procedimentos com uma boa universidade que disponha de um hospital de alta qualidade.

A idade média dos alunos é de 31 anos, e mais de 70% dos seus estudantes trabalham em regime *full time*. Portanto, estudam de acordo com

as suas possibilidades, em um ritmo próprio. Para se ter ideia do que a Open mobiliza, veja-se o número anual de telefonemas: 12 milhões de chamadas. Por aí são sanadas dúvidas, ocupando os sete mil tutores que se encontram à disposição dos alunos. Outra forma de trabalho é por meio do comparecimento aos diversos centros de atendimento, os quais são submetidos a uma auditoria permanente de qualidade.

Escusado dizer (porque isso nos foi mostrado) que os conteúdos são trabalhados cuidadosamente por cerca de mil professores que atuam em Milton Keynes com todo conforto. Além da atualidade do material, a impressão é das mais modernas (serviços gráficos). Os módulos são encaminhados via correio e de uma só vez. Como tínhamos visto alguns programas pela BBC de Londres, quisemos saber como funciona essa interação. É completa, e a audiência alcança cerca de oito milhões de telespectadores, dos quais 300 mil procuram informações que possam ser úteis aos seus cursos.

A entrada na Universidade Aberta pode ser feita duas vezes ao ano, claro que respeitados alguns pré-requisitos, pois os diplomas têm perfeita equivalência no ensino superior britânico. Os créditos obtidos na OU podem ser válidos para outras instituições superiores e, por isso, não há qualquer tipo de complacência quando se trata da qualidade do que é ministrado e apreendido.

Via internet, os alunos podem dispor de acesso a uma incrível quantidade de revistas científicas, além da British Library, que, quando necessário, envia livros aos interessados.

Não se trata de ensino gratuito, mas as anuidades são inferiores às do mercado em geral. São cerca de 7.500 libras esterlinas anuais, com um pormenor: o governo ajuda a sustentar a Open University, que completa o seu orçamento com o apoio de diversas empresas inte-

ressadas nos seus recursos humanos. Elas colaboram na formação de cerca de 96 mil diplomados em setores que são essenciais para o desenvolvimento social e econômico do Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda).

Perguntamos, ainda, quais serão os cursos de graduação mais populares. Já houve uma fase da formação de professores e de administração. Hoje, os principais módulos estão direcionados para Artes (passado e presente), Introdução às Ciências Sociais, Saúde, Administração de Negócios e Psicologia. Mas a Universidade Aberta encontra-se disposta a aceitar o interesse cambiante dos seus alunos, sobretudo em virtude dos avanços da Tecnologia da Informação, largamente utilizada.

Hoje, no mundo desenvolvido, há uma inovação que movimentou algumas das maiores universidades internacionais, como a de Stanford, a de Harvard e o Instituto de Tecnologia de Massachussetts. Trata-se do Massive Open Online Courses (MOOC), que oferece cursos de educação gratuita através da internet.

Aliás, gratuita em termos, pois os certificados são cobrados e também os materiais didáticos, além dos serviços de treinamento, quando são oferecidos. É uma avalanche que se aproxima dos cursos superiores das nações desenvolvidas, como no caso da Inglaterra, onde, à exceção de Oxford e Cambridge, há diversas experiências em curso. São parcerias de *Future Learn* (Ensino do Futuro), cujo adepto mais recente é o Instituto Indiano de Tecnologia, em Mumbai, que integra um consórcio de 21 universidades britânicas, australianas e irlandesas.

Não se tem certeza absoluta quanto à dimensão do mercado. Uns acreditam que seja muito grande, outros são mais céticos, mas não há dúvida de que se trata de uma rara oportunidade de ampliação de

conhecimentos oferecidos pelas novas tecnologias, embora haja no processo uma alta taxa de abandono desses cursos (como, aliás, ocorre também no Brasil). Isso se deve, basicamente, à sua gratuidade, que inspira os inscritos a sair mais cedo dos estudos, o que não ocorre quando há a cobrança de taxas, pois os alunos têm mais interesse na frequência aos cursos.

Existe um modelo irlandês que se pode citar como algo interessante. Não há a cobrança de taxas. Nas apostilas são colocados anúncios que cobrem os custos dos cursos gratuitos. Os otimistas em relação aos MOOCs preveem que haja um crescimento de dez vezes na demanda de cursos superiores, aliando a excelência da alta tecnologia (facilidade de acesso) à melhoria das condições econômicas da população, especialmente da camada média.

Voltamos à realidade brasileira para enfrentar certos temores ridículos de que a EAD pode significar a substituição de professores e especialistas pela máquina. O mestre, na verdade, está sendo liberado de funções menores, para se transformar, graças ao avanço da tecnologia educacional, no grande e insubstituível orientador e conselheiro. Não se perderá o contato com os alunos, mas ele se fará de outra forma. Pessoalmente, por intermédio dos milhares de tutores necessários, ou a distância, com o emprego dos computadores cada vez mais personalizados. É o que veremos a seguir, relatando uma experiência que vem desde 1953, quando trabalhamos na Rádio Ministério da Educação do Rio de Janeiro. Depois, na década de 1970, a convite da professora Marlene Blois, voltamos à Rádio MEC para realizar programas de Matemática e Estudos de Problemas Brasileiros. Era o famoso Projeto Minerva, quando tivemos o privilégio de conviver com mestres do porte de Aurélio Buarque de Holanda.

Iniciativa de Passarinho

Ao tomar conhecimento do nascimento da Universidade Aberta da Grã-Bretanha, o então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em 1971, entendeu que deveria criar um Grupo de Trabalho (GT) no Brasil para estudar a viabilidade desse empreendimento. Nomeou o grande educador pernambucano Newton Sucupira para coordenar o GT, e este nos indicou para colaborar na tarefa. Foi uma experiência notável, graças ao seu pioneirismo. Daí nasceu o interesse do ministro em transformar o Canal 2 do Rio de Janeiro (então, a TV Excelsior) em uma TV Educativa, o que acabou acontecendo. A direção foi entregue a Gilson Amado, que, na época, era presidente da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, primitivamente encarregada somente da produção de programas, conforme o protocolo assinado com a Fundação Konrad Adenauer, que havia cedido equipamentos para essa finalidade. Nasceu, assim, a TV Educativa do Rio de Janeiro, subordinada ao MEC, hoje com o nome de TV Brasil, ligada diretamente à Presidência da República. Produz diversos programas educativos, mas sua imagem não alcança todos os nossos estados. Exemplo de sucesso é o seu antigo *Projeto João da Silva*, uma novela didática.

Sobre o GT de 1971, depois de 12 reuniões no Rio de Janeiro, com a participação de diversas personalidades e especialistas, nada resultou de concreto. Foi proposta a criação de uma Universidade Aberta, mas com uma gigantesca estrutura. É claro que não havia recursos para isso, e a ideia hibernou.

O tema retornou quando foi criado o Programa Nacional de Tele-educação (Prontel), em 1972. O objetivo era claro: “Trata-se de um organismo de natureza transitória, visando à integração, em âmbito

nacional, das atividades didáticas e educativas através do rádio, da televisão e de outros meios, de forma articulada com a Política Nacional de Educação”. Era vinculado ao MEC, com representantes de diversos ministérios. O Prontel realizou, em oito anos, um bom trabalho de coordenação (fizemos parte da sua Comissão de Administração), mas não trouxe resultados objetivos porque o programa deveria se vincular a uma Política Nacional de Educação, inexistente. Mesmo assim, estimulou a produção de diversos programas por intermédio da TV Educativa, liberando recursos apreciáveis.

Em um dado momento, quando surgiu a oportunidade de operar o Canal 2 (TV Aberta), com o fechamento da TV Excelsior, surgiu a ideia de entregar a condução desse projeto ao Prontel, inclusive porque ele envolvia a participação dos Ministérios da Educação, do Planejamento e das Comunicações. Havia, também, a possibilidade (e o interesse) de conceder o canal ao governo do Estado do Rio de Janeiro, mas essa hipótese foi afastada, porque o governador Chagas Freitas era de oposição ao governo Central e não ficaria bem dar-lhe esse “presente”. Cogitou-se muito, também, de federalizar o canal, entregando-o diretamente ao MEC, para a sua gestão. Mas prevaleceu a ideia, capitaneada por Gilson Amado, de que o melhor seria mesmo conceder o canal à Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa; e assim foi feito.

A passagem pelo Inep

Devemos lembrar outra iniciativa pioneira nesta matéria. Foi o I Curso de TV Educativa, realizado pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1971. Na época, era Universidade do Estado da Guanabara. Coordenado pela professora

Maria Eugênia Stein, contou com cerca de 30 especialistas, que se formaram nos conhecimentos do que se chamava de tecnologias educacionais. As aulas foram dadas na antiga sede da rua Haddock Lobo, de saudosa memória.

Em diferentes etapas, dependendo do ocupante da Pasta, o MEC interessou-se pela criação de uma Política de Educação Aberta e a Distância. No ano de 1988, por exemplo, foi criada uma comissão composta de representantes de diferentes segmentos sociais (governo, professores, trabalhadores, empresários, estudantes) para estudar o assunto, apresentando proposta de criação da Universidade Aberta do Brasil.

Fiz parte dos GTs, que trabalharam na matéria junto com o Inep (Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância, ocupada pela professora Terezinha Félix Cardoso). Como representante do então Conselho Federal de Educação, gerenciei os grupos, que ouviram diversas personalidades brasileiras. A justificativa era ampliar a oferta e a democratização do acesso ao ensino superior a custos reduzidos e também (faço questão de enfatizar) “recuperar o tempo perdido pelo País quanto à adoção da metodologia alternativa de EAD, já praticada em escala mundial”.

Para a implantação de um Sistema Nacional de Ensino Superior Aberto e a Distância no Brasil, como se disse no relatório final, contribuía decisivamente a existência de um amplo parque editorial, de inúmeras emissoras de rádio (mais de mil) e de televisão, além de uma excelente rede de comunicação postal, telefônica e via satélite. Não foi por outra razão que o Congresso Nacional recebeu, em 1972, o primeiro projeto de lei criando a Universidade Aberta, o que se repetiu em 1987, sem sucesso.

A histórica Indicação nº 18/1986

Em 1986, a Indicação nº 18, de nossa autoria, levou à consideração do Conselho Federal de Ensino a ideia – por oportuna – de uma Universidade Aberta, “com a qual só teria a lucrar o sistema educacional como um todo e sob múltiplas formas, em um país que se moderniza, mas que ainda não dispõe de recursos humanos qualificados em muitos setores, além de permitir a muitos o aperfeiçoamento e a reconversão de profissão”.

O Conselho Federal de Educação aceitou a argumentação contida na referida Indicação, e foi instituída uma Comissão Especial para “estudar as virtualidades do ensino por correspondência e técnicas correlatas, com vistas a um aproveitamento na Universidade Aberta”.

O Parecer nº 263/1988 emitiu as seguintes conclusões:

“I – Que o Ministério da Educação crie um Grupo de Trabalho que, de forma sistematizada, se volte para a problemática do ensino a distância, promovendo levantamentos, entendimentos e troca de experiências entre os responsáveis pelas iniciativas nesse sentido já existentes no País, procurando integrar esforços, avaliar resultados e possibilitar uma judiciousa seleção de métodos e técnicas mais adequados à natureza dos cursos oferecidos e às realidades da clientela a que se destinam.

II – Que esse Grupo de Trabalho planeje e incentive o desenvolvimento de projetos experimentais de ensino a distância, centrados principalmente em instituições educativas nas diferentes regiões do País, recobrando as áreas de capacitação de professores leigos e do treinamento e melhoria da mão de

obra, com extensão progressiva e cautelosa a outros campos do conhecimento, depois das primeiras avaliações positivas.

III – Que esses projetos experimentais, em princípio, tenham como elemento integrador os cursos por correspondência, mas que a eles possa juntar a atuação pelos jornais, revistas e emissoras de rádio e TV, oficiais ou particulares.

IV – Que esse Grupo de Trabalho implante um cuidadoso sistema de acompanhamento e avaliação dessas experiências, fornecendo relatórios semestrais das mesmas a todas as instituições envolvidas e também ao Conselho Federal de Educação, que, para tal fim, manterá uma Comissão Especial.

V – Que, ao se completar o procedimento de avaliação, seja apreciada pelo Conselho Federal de Educação a possibilidade de que, à vista dos resultados obtidos, se autorize a expedição de diplomas.”

Isso representou um passo à frente.

Além dos dispositivos constitucionais contidos no capítulo sobre Educação, o ensino a distância encontra respaldo também no artigo 221, constante do capítulo referente à Comunicação Social:

“A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I – Preferência a finalidades educativas, culturais e informativas.”

Os ministros Hugo Napoleão (de 28/02/1988 a 17/01/1989) e Carlos Sant’Anna (17/01/1989 a 15/03/1990) criaram grupos de trabalho

para estudar a educação aberta e a distância, entendida como uma moderna metodologia, capaz de revolucionar a nossa política de recursos humanos. O objetivo seria a realização de cursos a distância para o magistério, além de criar, no Inep, a Coordenadoria Nacional de Ensino a Distância, embrião do que deveria se tornar o Instituto Nacional de Educação a Distância (Inead).

Como sempre acontece, não houve continuidade, embora dos Grupos de Trabalho fizessem parte um representante do Conselho Federal de Educação e outro do Inep, instituições aparentemente não perecíveis (o CFE trocou de nome). Tudo isso deu origem à Indicação nº 18/1986, de minha autoria, no Conselho Federal de Educação.

Um dos Grupos de Trabalho, por mim coordenado, concluiu documento intitulado *Por uma Política Nacional de Educação Aberta e a Distância*, em fevereiro de 1989, em que foram estabelecidas estratégias de implantação, acompanhamento e avaliação, de que se pode extrair o seguinte elenco:

- Proceder ao levantamento da demanda real de necessidades, no âmbito da educação formal e não formal, a ser atendida pela metodologia de EAD;
- Assegurar a formação de recursos humanos para planejamento, gerenciamento, acompanhamento e avaliação de programas e projetos de EAD em instituições de ensino nacional e internacional;
- Promover a formação de equipes multidisciplinares para a produção de programas teleducativos e de equipes técnicas para operação e manutenção de equipamentos;

- Cadastrar instituições que executam com êxito programas e projetos de EAD no Brasil e no exterior;
- Reunir, em um centro de documentação, títulos e materiais de teleeducação produzidos em nível nacional e internacional;
- Ampliar o acervo das bibliotecas escolares, de modo a incorporar, entre outros materiais didáticos, vídeos e demais equipamentos necessários a sua utilização;
- Promover a articulação MEC/Minicom, com vistas à adoção de providências que viabilizem a liberação do acesso ao Brasilsat, para interiorizar emissoras de TVs educativas;
- Estabelecer um tempo mínimo e faixas de horário compatíveis com a disponibilidade da clientela a ser atendida, na programação diária da rede de TV governamental, para programas educacionais locais ou nacionais;
- Assegurar que o ingresso das emissoras educativas no sistema do satélite seja decisão da comunidade diretamente atingida, representada pelos órgãos de planejamento e execução da política educacional local;
- Incentivar a produção de programas locais nas rádios e TVs educativas ou redes privadas, objetivando a preservação e a divulgação da cultura brasileira;
- Estabelecer negociações com os setores produtivos públicos e privados para possibilitar a presença do processo educativo nos locais de trabalho;

- Apoiar e financiar estudos e pesquisas tecnológicas e pedagógicas que favoreçam a implantação e a implementação de programas e projetos de EAD;
- Apoiar, técnica e financeiramente, programas e projetos de EAD promovidos por instituições públicas de ensino e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos;
- Promover a articulação entre os sistemas federal, estadual e municipal de ensino, no sentido de garantir a descentralização da execução de programas e projetos de EAD;
- Estabelecer mecanismos de integração entre escolas de formação de professores de nível médio e instituições de nível superior, a fim de assegurar a execução de projetos de EAD destinados a professores leigos;
- Realizar estudos no sentido de identificar as necessidades administrativas, técnicas, de equipamento e de pessoal especializado para implantação de centros de EAD;
- Incluir a metodologia da EAD nos currículos dos cursos de Educação e de Comunicação;
- Oferecer, nas universidades, cursos de especialização em Metodologia de Educação a Distância;
- Realizar estudos que visem, a médio ou longo prazo, a implantação da Universidade Aberta brasileira;
- Oferecer cursos de especialização para professores e outros profissionais de ensino superior, em face da carência de recursos humanos com titulação adequada e formalmente exigida, por exemplo;

- Utilizar a metodologia de EAD, em caráter complementar, nos cursos de nível fundamental, médio e superior; e
- Organizar encontros, mesas-redondas e grupos de estudo, com participação de representantes do MEC, de instituições que fazem EAD e de segmentos da sociedade, a fim de priorizar programas e projetos a serem desencadeados.

O que se lamenta é o “embargo de gaveta” sofrido pelo estudo mencionado, que custou muitas horas de reuniões e experiência transmitida, sem que fosse colocado em execução. Mas quem sabe tenha criado um clima favorável ao seu desencadeamento, mais tarde?

Antes, o Grupo de Assessoramento para EAD recomendou a produção de um curso de alfabetização de jovens e adultos usando as tecnologias de vídeo e *audiotapes*, trabalhado para ser executado em 1990 pela Funtevê, o que, na verdade, foi feito pela Fundação Educar, mesmo de forma precária, sem que tivesse sido possível realizar a avaliação recomendada.

Há uma repetição enfadonha de projetos na educação brasileira. O GT do Inep em novembro de 1989 já recomendava a produção de uma série de programas educativos sobre o mundo do trabalho (origem e desenvolvimento do trabalho através da história, contribuição do movimento sindical para o aperfeiçoamento do processo social, aporte de novas tecnologias, etc.).

A justificativa se baseava na necessidade de levar mensagem pedagógica a contingentes desfavorecidos da sociedade brasileira, devendo os programas nascer da criatividade de equipes multidisciplinares. Tudo foi feito pela Funtevê de modo extremamente precário.

Hoje, com a existência da Rede Futura e de entidades como Senac, Sesc, Senai e Sesi, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) estão sendo utilizados de forma adequada para promover o mencionado treinamento, previsto há cerca de dez anos.

Voltando ao GT de 1989, repara-se que há uma clara recorrência em relação à matéria. As mesmas coisas são ditas, repetidas vezes, com o intervalo de muitos anos, como se a educação brasileira pudesse se dar ao luxo de jogar fora um tempo precioso (além dos seus escassos recursos).

No relatório final, o ensino superior também é focalizado: “Faz-se necessário fomentar a criação de sistemas de EAD nas universidades brasileiras que permitam ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior no âmbito do ensino técnico de 3º grau, da graduação e da pós-graduação, conforme art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, principalmente nas áreas mais requeridas pela comunidade/sociedade”.

Apoiando-se na eficiente e eficaz modalidade de EAD, a universidade brasileira poderá responder à necessidade de ampla, sólida e continuada capacitação de recursos humanos, exigência crucial para a nação fazer face aos desafios colocados em nossa época pelo progresso científico e tecnológico.

Ênfase especial deveria ser dada à sistemática capacitação de profissionais da educação, de forma a suprir a demanda necessária à definitiva erradicação do analfabetismo, a capacitação do atual professorado leigo, bem como a permanente atualização dos professores habilitados dos ensinos fundamental e médio. Por outro lado, competiria, também, à universidade capacitar recursos humanos para a educação continuada e para a formação de quadros técnicos especializados na área de EAD.

Linhas de ação:

1. Assegurar, por meio da criação da Universidade Aberta, o acesso ao ensino superior e ao ensino técnico de 3º grau àqueles que não puderem frequentar os estudos superiores por diversos motivos, dando, também, oportunidade aos residentes longe dos centros onde se encontram as universidades;
2. Apoiar e estimular, em caráter emergencial, por meio da EAD, a criação nas universidades de programas de atualização e aperfeiçoamento da força de trabalho (educação continuada) para capacitação tecnológica e nos diferentes empregos, com ênfase especial para a força de ensino fundamental e médio e professorado leigo; e
3. Estimular e apoiar financeiramente, nas Faculdades de Educação, a realização de pesquisas e a formação de especialistas na área de EAD.

Por outro lado, é necessário preparar, também, profissionais para prestar atendimento especializado, no ensino fundamental, aos portadores de deficiências ou aos superdotados, dos quais se almeja um desenvolvimento pleno.

No que se refere à pré-escola, agora, com a existência do Decreto nº 12.796/2013, verifica-se que os serviços educacionais vêm sendo prestados por grande número de profissionais despreparados técnica e pedagogicamente, portanto sem condições de atender às especificidades dessa clientela. O mesmo vem ocorrendo com o atendimento ao adulto que exige do educador uma prática pedagógica fundamentada nas suas condições de aprendizagem e na sua experiência de vida e trabalho.

Outra vertente que merece ser destacada é a que se relaciona com a formação de docentes para o ensino médio, em particular para o ensino técnico, uma vez que o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas requer atualização constante.

A utilização da EAD – modalidade que possibilita a conjugação de multimeios tecnológicos – constitui-se uma alternativa que poderá oferecer grande contribuição para reverter o quadro presente. Por suas características, a EAD permite ao cursista realizar estudos de capacitação ou habilitação sem abandonar a sala de aula, a qual poderá se tornar laboratório de aprendizagem imediata dos conhecimentos adquiridos.

Vieram, em seguida, as questões da alfabetização de jovens e adultos e a educação popular:

Ao se pensar na educação de jovens e adultos, verifica-se que a escola hoje existente não atende aos interesses das camadas populares, por não ter reformulado seus conteúdos, métodos e organização.

Enfrentar o desafio de erradicar o analfabetismo exige a busca de soluções em que a educação de adultos não fique apenas no plano da aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo.

No momento histórico atual, na educação do adulto brasileiro precisa-se levar em conta outros aspectos imprescindíveis à tomada de consciência da necessidade do estabelecimento de uma sociedade mais justa, na qual a preservação da natureza, a defesa de nossas raízes culturais e a solidariedade humana sejam os suportes do desenvolvimento científico, tecnológico e econômico.

Essa educação deve, pois, estar voltada para a formação de indivíduos autodeterminados, com consciência de si próprios e competentes para exercer efetivamente a cidadania.

Assim, a educação popular, que há muito aparece em nossos meios educacionais com nomes como “educação pelo povo”, “educação participativa” ou “educação comunitária”, para exercer seu real papel, deve continuar o conjunto de aspectos que caracterizam o povo a que se destina, como sua história, sua arte, seus costumes, seus valores, em suma, sua cultura.

Essa proposta somente se concretizará na medida em que o conhecimento popular for considerado e respeitado, pois a educação popular significa, basicamente, aprender com o povo o que ele pode ensinar enquanto se ensina o que ele quer e precisa aprender.

Não se pode proclamar que tudo tenha sido perdido, mas houve a lamentável descontinuidade, a partir de 1990, deixando o tema correr solto. Só com a LDB/1996 ele voltou à tona, com a força que lhe deu o então senador Darcy Ribeiro e os estudos a ele levados por membros do CFE.

EAD na prática

O que houve de notável no trabalho do GT do Inep, com apoio do Conselho Federal de Educação, é que o MEC liberou recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o financiamento dos dez primeiros projetos aprovados pelo GT.

Vale a pena, até pelo sabor histórico de que se reveste a matéria, conhecer os pormenores desses projetos, todos realizados sob fiscalização rigorosa do próprio MEC:

1. Programa de Educação Continuada para professores do 1º grau com atuação nas áreas de Matemática e Ciências.

Responsável: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (Funbec).

2. Programa de formação de especialistas em educação a distância – Universidade de Brasília.
3. Criação do Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Responsável: Uerj.
4. Desenvolvimento de recursos humanos por meio do ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba. Responsável: UFPB.
5. Projeto Vitória-Régia – Instituto de Educação Rural do Estado do Amazonas/Secretaria de Educação e Cultura do Amazonas.
6. Educação Ambiental a Distância (Pead) – Associação Paulista de Ensino Superior, Pesquisa e Tecnologia.
7. Ensino da língua portuguesa com auxílio do computador – Academia Brasileira de Letras.
8. Material impresso para estudo individualizado em EAD – Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar).
9. Produção de materiais impressos, rádio e televisão para 1º grau e supletivo (três projetos independentes) – Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb).
10. O lixo e suas riquezas - A coleta seletiva do lixo – Universidade Federal Fluminense/Patae/Iser.

O que há de lamentável nisso tudo é o desperdício. Muitos desses projetos poderiam ter tido sequência, e hoje, seguramente, estaríamos muito mais avançados em matéria de EAD.

No caso do Pead, por exemplo, em material elaborado pela professora Lia Silva Mendes, da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, buscou-se a capacitação de recursos humanos para professores de ensino fundamental, em um projeto de educação ambiental a distância (pioneiro).

Foram elaborados módulos instrucionais, com fitas de vídeo e de áudio, para permitir que o professor, onde quer que estivesse, com absoluta liberdade, desenvolvesse o seu trabalho em ritmo próprio e de acordo com o tempo disponível.

Quando a educação ambiental se tornou obrigatória nas escolas, por força de um inédito dispositivo constitucional, esse projeto pioneiro poderia ser ampliado para todo o País – e não limitado aos 15 mil exemplares da sua versão única.

Diretrizes para uma ação efetiva

Assim que se constituiu o Conselho Nacional de Educação, em fevereiro de 1996, preparamos uma Indicação sobre a EAD, que deu origem à Portaria nº 04/1996, quando foi identificada uma série de pontos essenciais. O CNE, por nosso intermédio, enviou ao ministro da Educação recomendações objetivas, que somente em parte foram consideradas:

1. Os pedidos de credenciamento deverão ser encaminhados às Demecs ou à SeSu/MEC, onde devem ser protocolados, para posterior encaminhamento ao CNE.

2. No exame da solicitação, deverão ser considerados os seguintes aspectos:
 - a) Tradição no emprego da metodologia da educação a distância;
 - b) Corpo docente qualificado;
 - c) Garantia de avaliação permanente;
 - d) Instalações adequadas, em que fique clara a possibilidade de utilização da interatividade para responder a dúvidas dos matriculados; e
 - e) Emprego de tecnologias educacionais, com o uso do rádio e da televisão para aulas de reforço.
3. O registro de diplomas será feito nas universidades.
4. O CNE deverá credenciar universidades que se encarregarão de promover os exames e conferir a certificação, depois de, no edital, identificar os pré-requisitos. No nível da sua competência, facultar-se-á às Secretarias Estaduais de Educação a realização dos mesmos exames, seguindo critérios a serem definidos pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação, a elas cabendo a certificação devida.
5. Os calendários serão definidos anualmente pelas universidades e Secretarias Estaduais de Educação e divulgados no mínimo com seis meses de antecedência.
6. É recomendável que, nessa etapa, seja dada preferência aos cursos que não dependem de laboratórios, hospitais e instituições similares.

7. Os cursos a distância devem ser entendidos como os que dispõem de material de apoio impresso, com elementos auxiliares como rádio, televisão, emprego de fitas, computadores (internet), etc. Sempre que possível, tais cursos deverão ser “interativos” e propiciar formas periódicas de autoavaliação.

Foi um primeiro e decisivo passo para que o MEC objetivasse algo em termos da EAD, antes só considerada do ponto de vista teórico.

A EAD na Lei brasileira

Nos dois anos que permanecemos no Conselho Nacional de Educação (1996-1998), em sucessivos pronunciamentos, insistimos na importância de aplicação dessa modalidade. Não víamos razão plausível para adiar o assunto.

Mas a primeira manifestação efetiva de apreço à EAD nasceu no artigo 80 da Lei nº 9.394/1996. Antes de analisarmos o seu conteúdo, convém destacar que o tema esteve sempre presente nas discussões do CNE – e a relatoria destes sempre nos pertenceu. Fizemos uma série de sugestões ao senador Darcy Ribeiro, que era o catalisador da LDB, para, afinal, ter o prazer de verificar que boa parte delas foi acolhida.

Vejamos, por exemplo, o artigo 80:

“O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” Diz-se adiante que “os Municípios, os Estados e a União deverão prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados”.

Não há como negar que, oficialmente, a modalidade foi bastante lembrada pelo legislador. Ela é citada nove vezes na LDB, o que aconteceu pela primeira vez em uma lei brasileira. Demonstrou-se, assim, o reconhecimento da sua importância e a vontade política da sua implementação.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) divulgou, em abril de 1998, um relatório intitulado *Futuro em risco*, que nos enche de vergonha. O Brasil figura em uma situação deplorável, se considerado o desempenho dos seus alunos: em matéria de reprovação na 1ª série da rede pública fundamental, por exemplo, estávamos longe da média da América Latina (42%). Nosso índice era de 53%, enquanto, no Chile, era de 10%, e na Argentina, de 33%. Ficamos ao lado de Honduras, El Salvador, Guatemala e Haiti.

Com esses índices, aos quais se deve agregar o número de analfabetos adultos (acima de 15 anos), que entre nós alcança, hoje, a apreciável cifra de 14 milhões, podem-se inferir os riscos que corremos de, no futuro, perder feio a competição com nações mais desenvolvidas.

Para modificar esse quadro, somente discursos não são suficientes. Enquanto os números do vexame são divulgados, os professores da rede pública fazem greves sucessivas por melhores salários. O recém-criado Fundo de Valorização do Magistério não os alcançou, gerando uma falsa expectativa de remuneração condigna.

O mesmo acontece com quase todas as universidades federais. Os salários estão fortemente defasados. Panaceias, como o Plano de Incentivo à Docência, de repercussão negativa, são oferecidas a parte do magistério, como se fosse possível agrandar a parcelas, esquecendo o todo. Não se tem uma solução global compatível com a magnitude e a delicadeza do problema.

Enquanto os recursos humanos são tratados dessa forma, espera-se que certas inovações, como é o caso da educação a distância (que a LDB, por vezes, chama, equivocadamente, de ensino a distância), possam servir de pronto-socorro pedagógico aos muitos anos de equívocos e desleixos com que a educação brasileira tem sido tratada.

Já dispomos de satélites, computadores, internet e outros recursos oriundos de uma certa competência na área das telecomunicações e da eletrônica. O que falta é a decisão política de começar a obedecer aos dispositivos da Lei, o que parece ser uma dificuldade intransponível.

Os países desenvolvidos utilizam a modalidade na pós-graduação. Assim, aperfeiçoam ainda mais os seus recursos humanos.

Estamos plenamente convencidos de que a educação a distância é um instrumento de grandes potencialidades para fazer justiça social, eliminando disparidades pedagógicas, atraindo mais jovens e crianças para a escola e dando a eles o que hoje lhes falta de forma ostensiva: a garantia de um mínimo de qualidade na relação ensino-aprendizagem.

Nota-se, pelo que se expôs, a necessidade de elaboração de uma política de ação para a EAD, considerando-se a sua imensa potencialidade. Os desequilíbrios educacionais, de que somos pródigos, levam a esses caminhos alternativos.

O respeito à educação como direito subjetivo, aliado ao incrível avanço científico e tecnológico, com a disponibilização de canais e satélites para a massificação da educação, sem perda da qualidade, é fator que hoje obriga a uma nova atitude de adesão ao moderno, colocando o Brasil no rol das nações que aderiram com decisão à Sociedade da Informação.

O que se pode afirmar de concreto é que já temos, em pleno curso, a Universidade Aberta do Brasil, aproximando-se dos seus primeiros dez anos de vida. É uma boa parceria do MEC com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância.

A proposta é que estados e municípios (poucos estão fazendo isso) disponham de polos presenciais com a oferta de bibliotecas, laboratórios pedagógicos e de informática, além de tutores presenciais para atendimento e salas para videoconferência. Ter tudo isso funcionando envolve não só uma questão de recursos financeiros, mas um projeto cultural ao qual deveremos aos poucos nos afeiçoar.

Até o ano passado, foram contabilizadas 89 universidades públicas credenciadas à UAB, com mais de 500 polos de ensino. A proposta oficial é ampliar o sistema até o próximo ano, alcançando a totalidade das instituições públicas brasileiras de ensino superior. Com isso, espera-se aproximar a demanda do primeiro milhão de estudantes na modalidade EAD.

Hoje estão sendo oferecidos os seguintes cursos: bacharelados, licenciaturas, tecnólogo e especializações, uma das quais em Mídias na Educação. Há, também, o curso de biblioteconomia (graduação) e especializações para professores, além de Formação em Administração Pública.

Do ponto de vista internacional, a primeira experiência da UAB será com Moçambique, país que é membro da Comunidade dos Povos Lusófonos. A ideia é expandir esses cursos por todos os países lusófonos (são oito, no total), de tal maneira que se valorizará o emprego da língua portuguesa. Cabe o comentário de que, do ponto de vista estratégico, o Acordo Ortográfico de Unificação da Língua

Portuguesa é um fato notável, facilitador dessa iniciativa. Se a ONU nos acena com a possibilidade de tornar oficial a língua portuguesa, desde que seja unificada, não vemos como postergar essa medida. Afinal, são quase 280 milhões de falantes do idioma de Camões e Machado de Assis.

Palestra proferida em 29 de outubro de 2013.